

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº13.199/99 (CBH-PJ)



57º Reunião da Câmara Técnica Uso e Conservação da Água no Meio Rural Jundiaí, 08 de julho de 2011.

- 1 **1. Pauta e Convocação:** A pauta e a
2 convocação da reunião foram
3 encaminhadas em 28/06/2011 a todos os
4 membros da Câmara Técnica, por meio
5 de mensagem eletrônica transmitida por
6 seu Coordenador João Primo Baraldi.
- 7 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi
8 feita pelo Coordenador João Baraldi que
9 após dar boas vindas aos presentes,
10 passou a palavra às anfitriãs Renata
11 Freire, Diretora de Meio Ambiente e
12 Isabel Cristina Fialho Harder, Diretora de
13 Agronegócio da Prefeitura de Jundiaí que
14 apresentaram as principais características
15 ambientais e agrícolas do município de
16 Jundiaí, com ênfase na Serra do Japi e na
17 área de manancial do Rio Jundiaí-Mirim,
18 região onde há maior concentração de
19 agricultores. Nesta região há intenção de
20 se implantar um projeto de pagamento
21 de serviços ambientais com foco na
22 restauração de áreas ciliares e de
23 nascentes.
- 24 **3. Informes:** Após a abertura da
25 reunião os participantes se apresentaram.
26
- 27 Em seguida o Prof. Reinaldo/UNESP
28 comentou sucintamente sobre uma
29 dissertação de mestrado de um de seus
30 orientados que discute as influências dos
31 fragmentos florestais na conservação dos
32 solos, destacando os efeitos positivos das
33 áreas de florestas nos parâmetros
34 químicos e físicos do solo em relação às
35 áreas de cultivo.
36
- 37 O representante da TNC, Sr. Ricardo
38 Viani, informou que protocolou junto à
39 Agência de Bacias o pedido de
40 prorrogação do prazo de vencimento do
41 Programa Produtor de Água da Agência
42 Nacional de Água e isso provavelmente
43 irá gerar uma autorização da CT-RURAL,
44 através do GT_PSA.
45
- 46 **Cobrança de Água**
- 47 Segundo André, secretário executivo
48 adjunto do Comitê PCJ, atualmente não
49 há cobrança do uso de água no meio rural
50 na esfera estadual, porém, a Deliberação
51 Conjunta dos Comitês PCJ 078 de
52 05/10/2007 (que visa à implementação
53 da cobrança pelo uso dos recursos
54 hídricos em corpos d'água de domínio da
55 União nas Bacias PCJ) prevê mecanismos
56 de abatimento dos financiamentos
57 realizados com recursos da cobrança
58 federal, desde que, os usuários façam
59 investimentos em saneamento. Como
60 não há definições em relação à forma de
61 fiscalização e ao órgão responsável por
62 atestar a efetividade da ação de
63 investimento, requer-se urgentes
64 providências no estabelecimento desta
65 orientação.
66
- 67 O André comenta também que os
68 recursos financeiros arrecadados com a
69 cobrança pelo uso dos recursos hídricos
70 nas Bacias PCJ serão aplicados de acordo
71 com os Programas de Investimentos
72 constantes do Plano das Bacias PCJ e ~~das~~
73 em conformidade com as regras de
74 hierarquização de empreendimentos que
75 forem aprovadas pelos Comitês PCJ.
76
- 77 Em 2009 foi realizada uma primeira
78 reunião na ESALQ/Piracicaba onde
79 representantes da CT-RURAL e PCJ, entre
80 eles a Isabela, Rogério Teixeira, Brasi,
81 Baraldi, Piet Weel, Binda e André,
82 elaboraram um documento sobre o
83 abatimento da cobrança. Esse documento
84 foi revisado pela Karla, Rogério e Andre e
85 reenviado à CT-RURAL, que após novas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº13.199/99 (CBH-PJ)



57ª Reunião da Câmara Técnica Uso e Conservação da Água no Meio Rural

Jundiaí, 08 de julho de 2011.

86 inserções foi novamente enviado à
87 Secretaria Executiva do PCJ e lá se
88 encontra para ser enviado para CT-RURAL
89 para ser analisado por seus
90 representantes.

91
92 Após a necessária análise pelos ~~dos~~
93 representantes da CT-RURAL a
94 coordenação enviará sua proposta para a
95 CT-RN, conforme o deliberado em
96 Indaiatuba, visto que o documento
97 deverá ser aprovado pelas duas Câmaras.
98 Para agilizar o processo agendou-se uma
99 reunião entre as CT-RURAL e CT-RN para
100 o dia 09 de setembro em Atibaia.

101
102 Ficou como ponto de pauta para a
103 próxima reunião da CT-RURAL a discussão
104 sobre a proposta de abatimento. O João
105 Baraldi propôs que o abatimento também
106 contemple ações voltadas para a
107 conservação de solo e da água no meio
108 rural.

109
110 Segundo o André, secretário executivo
111 adjunto do PCJ, a proposta conjunta da
112 CT-RURAL e CT-RN sobre a cobrança de
113 água no meio rural é uma iniciativa que
114 contribuirá para o posicionamento do PCJ
115 nas discussões sobre a criação de
116 legislação estadual.

117
118

119 **Proposta de Regimento Interno**

120 O Sr. Petrus, representante das
121 Cooperativas Holambra elaborou uma
122 primeira versão do Regimento Interno da
123 CT-RURAL que foi analisada pela
124 coordenação. A idéia é que todos
125 contribuam com sugestões e que o
126 produto final possa servir de referência
127 para outras Câmaras Técnicas. O
128 documento será encaminhado a todos os

129 membros da CT-RURAL para análise por
130 um período de três semanas. Isso significa
131 que as propostas deverão ser
132 encaminhadas à coordenação até 29 de
133 julho para sua consolidação e na próxima
134 reunião sejam discutidas por todos.

135
136 A representante da Prefeitura de
137 Campinas sugeriu que o GT_Legislação se
138 reúna no dia 05 de agosto no Sindicato
139 Rural de Campinas às 14:00 h para fazer
140 a síntese das contribuições do Regimento
141 Interno. Também sugeriu que os nomes
142 dos integrantes de cada Grupo de
143 Trabalho sejam inseridos na relação,
144 conforme segue em anexo.

145
146

147 **Projetos**

148 A representante Cláudia Mira da APTA
149 questionou se a CT- RURAL pode elaborar
150 projetos na forma de Demanda Induzida
151 para serem analisadas pelas agências
152 financiadoras.

153
154 O André esclareceu as diferenças
155 existentes entre demanda induzida e
156 demanda espontânea. Os projetos de
157 demanda induzida possuem abrangência
158 regional e devem ser indicados pela
159 Câmara Técnica que os analisará e
160 encaminhará se estiverem em
161 conformidade com os critérios definidos
162 pelo GT- Critérios. Projetos de demanda
163 espontânea são aqueles que podem ser
164 elaborados individualmente por qualquer
165 instituição para atender editais e
166 programas de apoio e financiamento.

167 Segundo o representante do Sindicato de
168 Bragança, Sr. João, a demanda induzida é
169 uma grande oportunidade para buscar
170 recursos junto às agências de
171 financiamento como, por exemplo, os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº13.199/99 (CBH-PJ)



57ª Reunião da Câmara Técnica Uso e Conservação da Água no Meio Rural

Jundiaí, 08 de julho de 2011.

- 172 projetos apoiados pelo FEHIDRO. Sugeriu
173 também que os representantes do CT -
174 RURAL encaminhem seus projetos ao GT -
175 Projetos para análise e posterior
176 encaminhamento ao plenário do CT -
177 RURAL para endosso e apoio.
178
179
180 Lembrete: nos dias 16 e 17 de agosto
181 serão realizadas as primeiras oficinas
182 sobre captação de recursos junto ao
183 FEHIDRO, sendo que as inscrições se
184 encerrarão em 29 de julho.
185
186 André sugeriu que os projetos
187 apresentados pelas instituições
188 individualmente tenham como referência
189 o Relatório Síntese do Plano de Bacia, o
190 qual indica as prioridades para demanda
191 induzida.
192
193 **Agenda dos Grupos de Trabalho**
194 O João Baraldi sugeriu que todos os GTs
195 marquem sua primeira reunião para
196 definirem sua coordenação e o plano de
197 trabalho para os próximos dois anos.
198
199 **GT Acompanhamento:** No dia 13 de julho
200 às 14h00 em Piracicaba na Agência PCJ foi
201 realizada reunião do GT
202 Acompanhamento para verificar o
203 calendário e cronograma dos projetos em
204 andamento. André lembrou que o GT
205 acompanha o andamento de projetos de
206 demanda induzida e projetos pilotos para
207 auxiliar a Agência PCJ na aprovação das
208 parcelas. Enfatizou que o GT -
209 Acompanhamento está “umbilicalmente”
210 ligado aos projetos.
211
212 **GT Projetos:** Agendada reunião para o dia
213 26 de julho às 9h00 na CATI Campinas.
214
215 **GT PSA:** Agendada reunião para o dia 22
216 de julho às 09h00 em Campinas no IAC no
217 prédio da pós-graduação.
218
219 **Política para Pagamento de**
220 **Serviços Ambientais**
221 A equipe de trabalho formada pelo
222 André, Brasi, Aurélio e Isabela fez uma
223 primeira reunião de trabalho no dia 13 de
224 junho de 2011 no IAC em Campinas para
225 elaborar um documento preliminar que
226 recomenda os princípios e diretrizes de
227 Projetos de PSA. A proposta é que esses
228 princípios e diretrizes orientem os
229 projetos futuros a serem apresentados
230 por demanda espontânea pelas
231 diferentes instituições, como sindicatos,
232 prefeituras, associações etc, nos Comitês
233 de Bacias.
234
235 A Isabela do IAC apresentou este
236 documento em power point, enfatizando
237 os seguintes aspectos:
238
239 O projeto de PSA mais conhecido é o da
240 Agência Nacional de Água;
241
242 Existem várias definições para serviços
243 ambientais, sendo que para a ANA
244 serviços ecossistêmicos são processos
245 que ocorrem naturalmente, ou seja, o
246 que a natureza oferece gratuitamente; e
247 serviços ambientais são atividades
248 humanas que auxiliam e promovem os
249 serviços ecossistêmicos.
250
251 É importante definir claramente os
252 objetivos, metas e resultados esperados
253 nos Projetos de PSA;
254
255 O GT-PSA é responsável por elaborar uma
256 política de pagamento de serviços
257 ambientais para os Comitês PCJ.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº13.199/99 (CBH-PJ)



57º Reunião da Câmara Técnica Uso e Conservação da Água no Meio Rural

Jundiaí, 08 de julho de 2011.

258 O foco dos projetos será a água;
259
260 Para que o Programa PSA dê certo é
261 preciso definir prioridades;
262 Dentre as prioridades, está previsto a
263 realização de três workshops que
264 contarão com a participação do CT-
265 RURAL, CT-RN, CT- EA e ID:
266
267 Temas Recomendados
268 1 – Definição de princípios, papéis,
269 responsabilidades e diretrizes (quem é
270 tomador, qual arcabouço legal,
271 instrumentos, espaços de discussão);
272
273 2 – Elaboração de diagnóstico
274 socioambiental da Bacia, relacionando
275 pontos críticos, áreas prioritárias, metas,
276 planos diretores de municípios.
277
278 3 – Valoração econômica do PSA para a
279 definição de fundos para o PSA,
280 mecanismos de abatimento etc.
281
282 O Sr. João Baraldi comentou que o GT PSA
283 deve partir do documento elaborado pela
284 Dra. Isabela para depois realizar os
285 workshops. Na reunião do GT - PSA, a
286 realizar-se no dia 22 de julho, recomenda-
287 se convidar o CT-RN para se começar a
288 fazer um trabalho integrado.
289
290 O representante do SR de Bragança, Sr.
291 João, comentou a importância de se ter
292 comprovação e/ou certificação (protocolo
293 agroambiental) dos serviços ambientais
294 prestados pelos produtores rurais,
295 considerando que os mesmos são a
296 “coluna vertebral” dos projetos. No
297 entanto, alertou que a adesão dos
298 agricultores ainda é um problema.
299 Comentou que práticas de conservação e
300 preservação não são feitas
301 gratuitamente, ou seja, implicam
302 investimento financeiro. Lembrou ainda a
303 importância de certificar o sistema de
304 produção como um todo.
305
306 O Sr. Baraldi comentou que os Comitês
307 PCJ ainda não têm suas diretrizes
308 definidas para os Projetos de PSA e que
309 umas das suas funções deve ser a busca e
310 o repasse de recursos para estes tipos de
311 projetos. Lembrou ainda que é necessário
312 primeiro definir as diretrizes e depois
313 engajar os produtores no seu
314 detalhamento.
315
316 O representante da TNC enfatizou que o
317 Comitê PCJ é o fórum ideal para discussão
318 de uma política de PSA. Lembrou o
319 lançamento recente do livro editado pela
320 GTZ sobre projetos de PSA no Brasil que
321 pode contribuir para política do Comitê.
322
323 André enfatizou que o foco dos projetos
324 de PSA no âmbito do CT-RURAL deve
325 estar voltado para práticas de
326 conservação e produção de água, pois
327 essa é a missão do Comitê, e isso deve
328 ficar claro para todos. Também enfatizou
329 a importância dos Projetos de PSA serem
330 baseados em critérios técnicos.
331
332 O Sr. Massao, representante do
333 COMDEMA de Jundiaí, comentou que os
334 projetos de PSA devem considerar uma
335 abordagem holística, enfatizando que a
336 agricultura é uma atividade sagrada e,
337 portanto, deve ser remunerada.
338 Comentou que, com o estabelecimento
339 da remuneração em R\$
340 370,00s/hectare/ano será muito difícil
341 conservar as matas. Comentou ainda que
342 no nordeste do Brasil estão sendo
343 construídas várias barraginhas em
344 conjunto com outras técnicas de
345 conservação do solo, as quais têm

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº13.199/99 (CBH-PJ)



57º Reunião da Câmara Técnica Uso e Conservação da Água no Meio Rural Jundiá, 08 de julho de 2011.

346 alcançado resultados de grande
347 expressão e benefício para a conservação
348 de água.

349
350 O representante do Sindicato de Atibaia,
351 Sr. Osvaldo, comentou as dificuldades
352 impostas pelas legislações existentes em
353 relação às ações de conservação de água
354 e projetos de pagamento de serviços
355 ambientais, enfatizando que o
356 envolvimento dos tomadores de decisão,
357 a exemplo dos promotores públicos, é
358 fundamental.

359
360 O representante do SR de Bragança, Sr.
361 João, ressaltou que projetos de PSA
362 contribuem muito para a redução de
363 emissões de CO2

364
365 O Sr. Brasi comentou que a CT-RURAL
366 deve contribuir de forma decisiva para a
367 elaboração da política de PSA no âmbito
368 do PCJ e que a mesma seja duradoura,
369 integrada e permanente. Essa política
370 deverá servir de referência para outros
371 grupos e fóruns de discussão e, a seu ver,
372 Dra. Isabela deverá encabeçar esse
373 processo dentro do GT-PSA.

374
375 O Sr. Baraldi ressaltou que é necessária a
376 criação de normas e critérios bem
377 definidos para que os agricultores sejam
378 remunerados de forma justa. Lembrou
379 ainda que a população urbana precisa
380 enxergar o serviço que os agricultores
381 realizam em prol da conservação dos
382 mananciais de água e isso implica
383 investimento financeiro. O Comitê PCJ
384 está dando oportunidade para que os
385 agricultores participem ativamente da
386 elaboração da Política de PSA.

387
388

389 **Considerações Finais**

390 O Sr. Brasi comentou que a CT_RURAL
391 está crescendo de forma consistente e
392 qualitativa, incluindo atualmente mais de
393 100 membros. Enfatizou que a CT_RURAL
394 sempre buscou parcerias junto às outras
395 câmaras técnicas e órgãos e que os
396 agricultores devem cada vez mais se
397 inserir nesse processo. Segundo ele, o
398 importante é se dedicar ao trabalho com
399 contribuições coletivas.

400
401 Finalizando a reunião, o Sr. Baraldi
402 parabeniza o município de Jundiá pelo
403 seu desempenho em vários setores do
404 desenvolvimento rural e urbano e a todos
405 os participantes da CT-RURAL. Nada mais
406 havendo a tratar, o Sr, João Baraldi
407 encerrou a reunião e eu, Renata Freire,
408 lavrei a presente em seu pleno teor.

409
410 JUNDIAÍ, 08 DE JULHO DE 2011

411
412 JOÃO PRIMO BARALDI
413 COORDENADOR

414
415 LUIZ A. C. S. BRASI
416 COORDENADOR ADJUNTO

417
418 RENATA FREIRE
419 SECRETÁRIA

420